

**Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza – 17 outubro**

## **Pordata divulga dados que retratam a pobreza em Portugal e na Europa**

Depois de dois anos em que a pandemia da Covid-19 teve um forte impacto negativo nas economias mundiais, a Europa enfrenta agora uma guerra no seu território, o que veio agravar a tendência inflacionária que já se vinha registando e ameaçar o abastecimento de energia nos países europeus. Esta é mais uma crise global, que atinge de forma muito particular as camadas mais vulneráveis da sociedade, acelerando a degradação de uma situação já precária.

Portugal, que já vinha registando uma tendência preocupante no que diz respeito ao aumento da pobreza, também tem sido afetado pelo panorama atual, que não apenas dificulta a melhoria desta situação, como também a agrava. É isto que demonstram os dados reunidos e destacados pela [Pordata](#), **base de dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos**, para assinalar o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

Estes indicadores incidem nas várias facetas da pobreza e a sua relação com a idade, família, trabalho ou a vida quotidiana dos cidadãos. Em que posição se encontra Portugal nos rankings europeus de pobreza e desigualdade? Quem é mais afetado pela pobreza em Portugal? Têm os portugueses condições materiais para enfrentar o inverno? Estas são algumas das questões cujas respostas se podem encontrar neste conjunto de dados.

Pode consultar este e outros comunicados na [área de Imprensa](#) no site da Pordata.

Para mais informações e contactos de media: Manuel Louro | [manuel.louro@jlma.pt](mailto:manuel.louro@jlma.pt) | 91 888 11 24

## Principais Conclusões

I. A pobreza e a desigualdade aumentaram em 2020, e Portugal piorou a sua posição nos rankings europeus.....	3
II. A pobreza afeta mais as famílias com filhos, os menores de 18 anos e os desempregados .....	5
III. Aumentaram os agregados familiares com rendimentos mais baixos, os desempregados inscritos nos centros de emprego e os beneficiários de RSI .....	7
IV. Portugal é o 2º país com mais pessoas a viver em más condições materiais, e o 5º com mais pessoas incapazes de aquecer a sua habitação.....	10
V. A taxa de inflação atual está ao nível de 1992. Desde 1978, foram 16 os anos em que o aumento da inflação superou o aumento do salário mínimo, e 14 os anos em que superou o aumento das pensões mínimas .....	11
VI. Definição dos conceitos utilizados .....	15

## I. A pobreza e a desigualdade aumentaram em 2020, e Portugal piorou a sua posição nos rankings europeus

Em 2020, primeiro ano da pandemia, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social aumentou 12,5%, algo que não acontecia desde 2014. Aumentaram também outros indicadores de pobreza: a taxa de risco de pobreza (antes e após transferências sociais) e a desigualdade entre os rendimentos dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres.

Concretamente, nos primeiros dois indicadores da tabela recuámos a valores de 2017, e nos outros dois indicadores recuámos a valores de 2016.

Anos	População em risco de pobreza ou exclusão social	Taxa de risco de pobreza		Desigualdade na distribuição do rendimento	Variação absoluta			
		Antes das transferências sociais	Após transferências sociais		Milhares	Pontos percentuais (p,p,)		
	Milhares	Taxa - %		Rácio (Nº)				
2010	x	42,5	18	5,7	x	x	x	x
2011	x	45,4	17,9	5,8	x	2,9	-0,1	0,1
2012	x	46,9	18,7	6	x	1,5	0,8	0,2
2013	x	47,8	19,5	6,2	x	0,9	0,8	0,2
2014	2743	47,5	19,5	6	x	-0,3	0	-0,2
2015	2577	46,1	19	5,9	-166	-1,4	-0,5	-0,1
2016	2415	45,2	<b>18,3</b>	<b>5,7</b>	-162	-0,9	-0,7	-0,2
2017	<b>2222</b>	<b>43,7</b>	17,3	5,2	-193	-1,5	-1	-0,5
2018	2173	43,4	17,2	5,2	-49	-0,3	-0,1	0
2019	2056	42,4	16,2	5	-117	-1	-1	-0,2
2020	<b>2312</b>	<b>43,5</b>	<b>18,4</b>	<b>5,7</b>	256	1,1	2,2	0,7

Notas:

Em Portugal, o valor abaixo do qual alguém é considerado pobre situava-se, em 2020, nos 6.653€ anuais, o que equivale a 554€ mensais (em 12 meses). Pode consultar aqui o [limiar de risco de pobreza](#).

Alertamos para o facto de a publicação mais recente do Eurostat ser de 2021, pese embora os dados se refiram ao ano anterior, ou seja, ao ano 2020. Por essa razão, os links dos quadros em que esta situação ocorre estão assinalados com um asterisco (\*).

Fontes: Eurostat, INE, Pordata. Links:

[PORDATA - População em risco de pobreza ou exclusão social: total e por sexo](#) (\*)

[PORDATA - Taxa de risco de pobreza: antes e após transferências sociais](#)

[PORDATA - Desigualdade na distribuição do rendimento \(S80/S20\)](#)

Em comparação com os países da União Europeia, entre 2019 e 2020, Portugal piorou a sua posição, no que respeita à pobreza, em 3 indicadores-chave: a percentagem de população em risco de pobreza ou exclusão social, a taxa de risco de pobreza e a desigualdade na distribuição do rendimento.

<b>Posição de Portugal entre os países da UE27 em relação aos seguintes indicadores</b>		
<b>Indicadores de pobreza</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
População em risco de pobreza ou exclusão social	13.º	8.º
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	12.º	10.º
Desigualdade na distribuição do rendimento	10.º	8.º

Notas:

Sem dados para a Eslováquia em 2020, no indicador de Desigualdade na distribuição do rendimento.

Alertamos para o facto de a publicação mais recente do Eurostat ser de 2021, pese embora os dados se refiram ao ano anterior, ou seja, ao ano 2020. Por essa razão, os links dos quadros em que esta situação ocorre estão assinalados com um asterisco (\*).

Fontes: Eurostat, Pordata. Links:

[PORDATA - População em risco de pobreza ou exclusão social: total e por sexo \(%\)](#) (\*)

[PORDATA - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: total e por sexo](#) (\*)

[PORDATA - Desigualdade na distribuição do rendimento \(S80/S20\)](#) (\*)

## II. A pobreza afeta mais as famílias com filhos, os menores de 18 anos e os desempregados

Embora com variações anuais, de um modo em geral, a pobreza afeta mais, mesmo após as transferências sociais:

- Os agregados com crianças dependentes,
- Os menores de 18 anos,
- Os desempregados.

<b>Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (%)</b>				
<b>por agregado doméstico privado</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>
Total dos agregados sem crianças dependentes	18,7	15,2	16,9	17,2
Um adulto	33,0	24,2	25,4	24,2
Dois adultos, ambos com menos de 65 anos	17,6	16,6	18,1	15,6
Dois adultos, pelo menos um com 65 ou mais anos	26,4	16,5	15,5	19,9
Outros agregados sem crianças dependentes	9,3	10,1	12,5	11,7
Total dos agregados com crianças dependentes	17,7	20,5	19,7	19,7
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	33,6	30,7	33,1	30,2
Dois adultos e uma criança dependente	12,2	16,2	12,4	12,3
Dois adultos e duas crianças dependentes	17	17,0	16,9	11,8
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	43,3	41,2	41,4	29,4
Outros agregados com crianças dependentes	9,3	10,1	12,5	26,3
<b>por grupo etário</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>
Menos de 18 anos	20,9	21,8	20,7	20,4
18-64 anos	15,2	16,9	18,1	17,2
65 ou mais anos	25,5	17,4	17,0	20,1
<b>por condição perante o trabalho</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>
Empregados	9,7	9,9	10,8	11,2
Total sem emprego	26,9	24,1	25,1	25,9
Desempregados	32,2	38,3	44,8	46,5
Reformados	23,1	15,9	15,1	18
Outros inativos	30,2	29,2	32,3	30,8

Fontes: INE, Pordata. Links:

[PORDATA - Taxa de risco de pobreza após transf. sociais: total e por composição do agregado doméstico privado](#)

[PORDATA - Taxa de risco de pobreza por grupo etário: antes e após transferências sociais](#)

[PORDATA - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: total e por condição perante o trabalho](#)

No entanto, entre 2019 e 2020, a pandemia afetou mais os seguintes grupos:

- Outros agregados com crianças dependentes (+9 p.p.)
- Agregados compostos por um adulto e pelo menos uma criança dependente (+5 p.p.)
- Agregados com dois adultos em que pelo menos um tem 65 ou mais anos (+ 3,5 p.p.)
- Pessoas com 65 anos ou mais (+2.6 p.p.)

<b>Taxa de risco de pobreza após transferências sociais</b>			
<b>por agregado doméstico privado</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>2020 (%)</b>	<b>Varição (p,p)</b>
Total dos agregados sem crianças dependentes	15,4	17,2	1,8
Um adulto	24,1	24,2	0,1
Dois adultos, ambos com menos de 65 anos	17,1	15,6	-1,5
Dois adultos, pelo menos um com 65 ou mais anos	16,4	19,9	3,5
Outros agregados sem crianças dependentes	9,5	11,7	2,2
Total dos agregados com crianças dependentes	17	19,7	2,7
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	25,5	30,2	4,7
Dois adultos e uma criança dependente	12,3	12,3	0
Dois adultos e duas crianças dependentes	13,5	11,8	-1,7
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	39,8	29,4	-10,4
Outros agregados com crianças dependentes	17,6	26,3	8,7
<b>por grupo etário</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>2020 (%)</b>	<b>Varição (p,p)</b>
Menos de 18 anos	19,1	20,4	1,3
18-64 anos	14,9	17,2	2,3
65 ou mais anos	17,5	20,1	2,6
<b>por condição perante o trabalho</b>	<b>2019 (%)</b>	<b>2020 (%)</b>	<b>Varição (p,p)</b>
Empregados	9,5	11,2	1,7
Total sem emprego	22,9	25,9	3,0
Desempregados	40,6	46,5	5,9
Reformados	15,7	18,0	2,3
Outros inativos	28,8	30,8	2,0

Nota: p.p. = pontos percentuais

Fontes: INE, Pordata. Links:

[PORDATA - Taxa de risco de pobreza após transf. sociais: total e por composição do agregado doméstico privado](#)

[PORDATA - Taxa de risco de pobreza por grupo etário: antes e após transferências sociais](#)

[PORDATA - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: total e por condição perante o trabalho](#)

### III. Aumentaram os agregados familiares com rendimentos mais baixos, os desempregados inscritos nos centros de emprego e os beneficiários de RSI

Dos quase 5,5 milhões de agregados familiares com declaração de IRS em 2020, cerca de 2 em cada 5 agregados vivem, no máximo, com 10.000€ por ano. Por outras palavras, perto de 40% dos agregados familiares auferiam aproximadamente 833€ mensais.

No mesmo sentido, aumentou, pela primeira vez desde 2015, o número de agregados familiares no escalão mínimo de IRS (até 5.000€ anuais, equivalente a 416€ mensais): em 2020 eram mais 58 mil famílias do que em 2019 (+8,6%) face a 2019.

% de famílias por escalão de rendimento	
Escalões de Rendimento Bruto	2020 (%)
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
0-5.000€	13,4
5.001-10.000€	25,6
10.001-13.500€	15,9
13.501-19.000€	14,3
19.001-27.500€	12,6
27.501-32.500€	4,5
32.501-40.000€	4,3
40.001-50.000€	3,5
50.001-100.000€	4,9
100.001-250.000€	0,9
250.000+€	0,1

Fontes: AT/MF; Pordata. Link:

[PORDATA - Agregados familiares por escalões de rendimento: IRS Modelo 1+ 2](#)

No que toca ao desemprego, desde 2014 que o número médio anual de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional estava numa rota descendente. Em 2020, essa tendência infletiu e o número de inscritos aumentou 22,5% face a 2019. Em 2021, a média anual de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) não só não recuou a valores de 2019, como ainda aumentou 0,3% em relação a 2020. Tal significa que, em 2021, havia cerca de 23% mais desempregados inscritos do que antes do início da pandemia em 2019.

Anos	Total (média anual, milhares)	Taxa de variação (%)
2011	551,9	-
2012	667,2	20,9
2013	707,8	6,1
2014	639,2	-9,7
2015	560,8	-12,3
2016	523,2	-6,7
2017	434,5	-17,0
2018	357,3	-17,8
2019	314,3	-12,0
2020	384,9	22,5
2021	386,2	0,3

Fontes: IEFP/MTSSS-METD, Pordata. Link:

[PORDATA - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional](#)

Em 2021, 262 mil pessoas receberam o Rendimento Social de Inserção (RSI), um aumento de 1,6% face a 2020. Assim, embora em 2020 tenhamos assistido a uma redução no número de beneficiários, no ano passado este número aumentou para mais perto dos valores de 2019. Desde 2012 que o número de beneficiários do RSI apresentava uma tendência decrescente.

Das pessoas que recebiam o Rendimento Social de Inserção em 2021, mais de metade são mulheres (52%) e mais de 2 em cada 5 (41%) têm menos de 25 anos.

Anos	Beneficiários do RSI (Total)	Taxa de variação (%)	Com menos de 25 anos (%)	Mulheres (%)
2011	447 083	-	47,5	52,2
2012	420 321	-6,0	47,6	51,9
2013	360 096	-14,3	46,0	51,4
2014	320 518	-11,0	44,6	50,9
2015	295 530	-7,8	43,1	50,6
2016	287 412	-2,7	41,9	50,5
2017	288 174	0,3	41,6	50,8
2018	282 275	-2,0	41,2	51,3
2019	267 397	-5,3	41,2	51,6
2020	257 983	-3,5	41,2	51,7
2021	262 216	1,6	41,4	52,0

Fontes: II/MTSSS, Pordata. Links:

[PORDATA - Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e RSI da Segurança Social: total e por grupo etário](#)

[PORDATA - Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e RSI da Segurança Social: total e por sexo](#)

Em 2021, 1,6 milhões de pensionistas da Segurança Social receberam uma pensão de velhice ou invalidez inferior ao salário mínimo nacional. Considerando o total de pensões pagas pela Segurança Social, conclui-se que 72% dos pensionistas de velhice e 87% dos pensionistas de invalidez viviam com menos de 665€ – valor do salário mínimo em 2021 (a preços correntes).

<b>em 2021</b>	<b>Nº de pensões da Segurança Social</b>	<b>Pensionistas da Segurança Social com pensões inferiores ao salário mínimo nacional</b>	<b>%</b>
<b>Total</b>	2 977 307	1 639 028	55
<b>Velhice</b>	2 070 069	1 487 533	72
<b>Invalidez</b>	173 866	151 495	87

Fontes: IS/MTSSS, Pordata. Links:

[PORDATA - Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social com pensões inferiores ao salário mínimo nacional \(em euros\)](#)

[PORDATA - Pensões da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice](#)

[PORDATA - Salário mínimo nacional](#)

#### IV. Portugal é o 2º país com mais pessoas a viver em más condições materiais, e o 5º com mais pessoas incapazes de aquecer a sua habitação

Em 2020, Portugal foi o 2º país, dos 27 da UE, com mais pessoas a viver em alojamentos com más condições (25%). No ano seguinte, em 2021, foi o 5º país com mais população incapaz de aquecer convenientemente a habitação (16%). Entre a população com rendimentos abaixo do limiar da pobreza, 6 em cada 10 não conseguem fazer face a despesas inesperadas, o que coloca Portugal em 13º lugar na UE27 em 2021.

No entanto, no que diz respeito à privação alimentar, Portugal está mais bem posicionado, sendo o 2º país dos 27, em 2021, em que mais pessoas pobres conseguem assegurar uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano de 2 em 2 dias (são 6% os que não o conseguem fazer).

##### Posição de Portugal entre os países da UE27 em relação aos seguintes indicadores:

% da população que vive em alojamentos em más condições (2020)		
Posição	País	%
1.º	Chipre	39,1
2.º	Portugal	25,2
3.º	Eslovénia	20,8
25.º	Polónia	6
26.º	Eslováquia	4,9
27.º	Finlândia	4,5

% da população incapaz de aquecer convenientemente a habitação (2021)		
Posição	País	%
1.º	Bulgária	23,7
2.º	Lituânia	22,5
3.º	Chipre	19,4
5.º	Portugal	16,4
25.º	Suécia	1,7
26.º	Finlândia	1,3

Nota: Sem dados para a Eslováquia

% da população abaixo do limiar da pobreza que não consegue assegurar o pagamento de despesas inesperadas (2021)		
Posição	País	%
1.º	Chipre	91,4
2.º	Croácia	83,1
3.º	Grécia	82
13.º	Portugal	59,7
25.º	Malta	40,2
26.º	Dinamarca	39,8

Nota: Sem dados para a Eslováquia

% da população abaixo do limiar da pobreza que não consegue assegurar 1 refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano de 2 em 2 dias (2021)		
Posição	País	%
1.º	Bulgária	44,9
2.º	Roménia	34,4
3.º	Grécia	34
25.º	Portugal	5,9
26.º	Chipre	2,4

Nota: Sem dados para a Eslováquia

Fontes: Eurostat, Pordata. Links:

[PORDATA - População incapaz de aquecer convenientemente a habitação \(%\)](#)

[PORDATA - População que vive em alojamentos em más condições \(%\)](#)

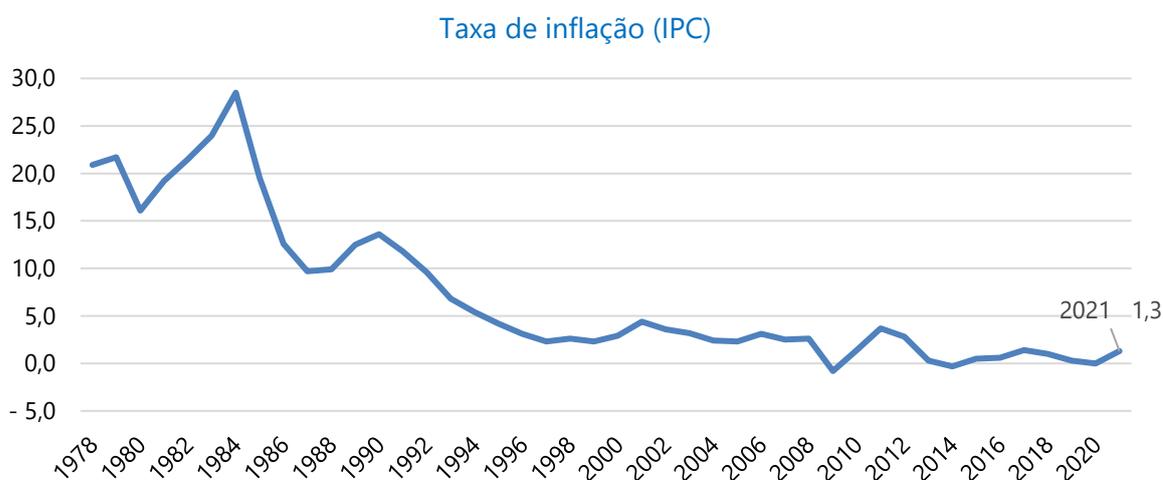
[PORDATA - População sem capacidade para assegurar o pagamento de despesas inesperadas: total e por grupos de rendimento \(%\)](#)

[PORDATA - População sem capacidade para assegurar uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano de 2 em 2 dias: total e por grupos de rendimento \(%\)](#)

**V. A taxa de inflação atual está ao nível de 1992. Desde 1978, foram 16 os anos em que o aumento da inflação superou o**

## aumento do salário mínimo, e 14 os anos em que superou o aumento das pensões mínimas

Os principais picos de inflação de que temos registo, desde 1978, ocorreram em 1984 (28,5%, o valor mais alto da série) e em 1990 (13,6%). Nos anos mais recentes, temos de recuar a 2017 para encontrarmos uma variação nos preços superior a 1%.

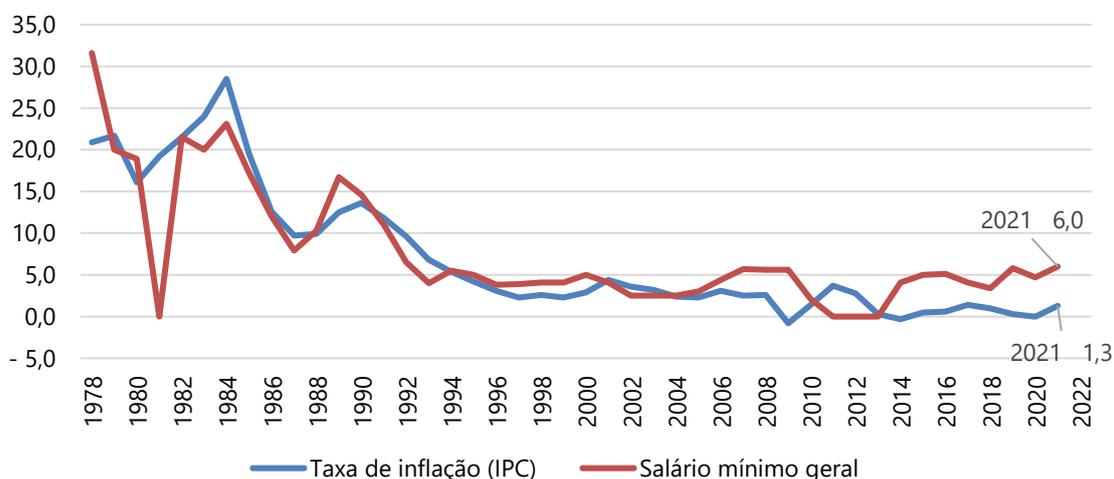


Se compararmos a evolução da taxa de inflação desde 1978 com a evolução do salário mínimo nacional (SMN) e dos valores mínimos das pensões de velhice e invalidez desde 1979<sup>1</sup>, podemos observar diversos períodos em que o seu aumento ficou aquém do aumento da inflação.

Dos 43 anos que passaram entre 1978 e 2021, o aumento da inflação superou o aumento no salário mínimo nacional em 16 desses anos.

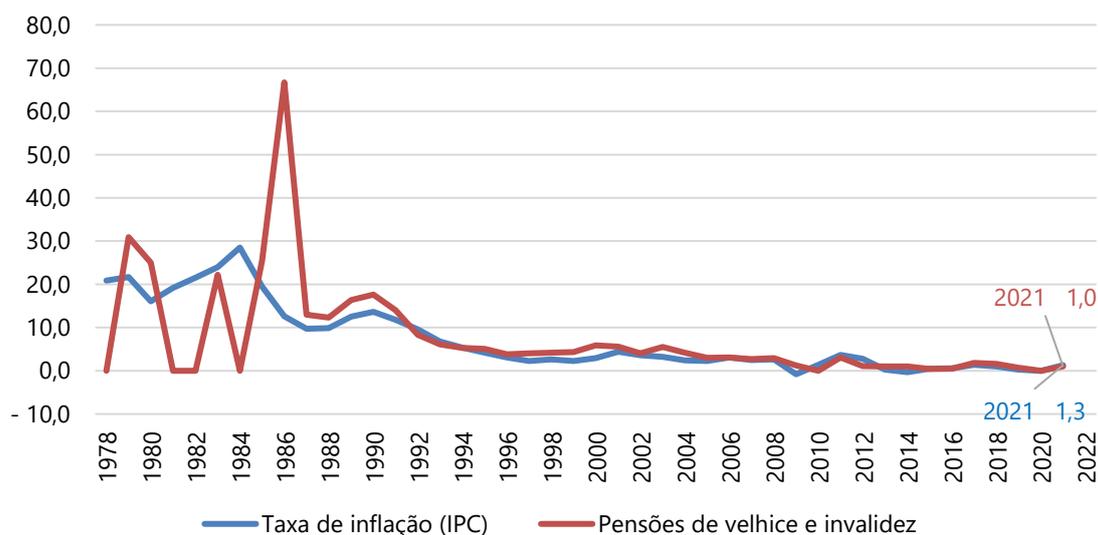
<sup>1</sup> Para analisarmos a recuperação de poder de compra de quem recebe o SMN e das pensões mínimas, comparamos a variação destes rendimentos no ano N com o valor da inflação no ano N-1, ou seja, por exemplo, comparamos quanto estes rendimentos aumentaram em 1979 em relação à inflação de 1978. Este desfasamento deve-se ao facto dos valores do SMN e das pensões mínimas serem geralmente determinados no início do ano N em relação ao ano anterior (N-1) e não em relação ao ano corrente.

Taxa de Inflação versus Taxa de variação do Salário Mínimo Nacional



Quanto às pensões de velhice e invalidez, nos 43 anos que passaram entre 1978 e 2021, o aumento da inflação superou o aumento dos valores mínimos das pensões em 14 desses anos.

Taxa de Inflação versus Taxa de variação das Pensões



Depois de um longo período de inflação baixa, esta disparou em 2022, estando atualmente nos 9,3% (variação homóloga, mês de setembro, dados do INE). Temos de recuar a 1992 para encontrar uma variação semelhante nos preços (a inflação foi nesse ano de 9,6%).

Com esta inflação de setembro, quem recebe o salário mínimo de 705€ vê na prática o seu poder de compra reduzido para 639€. Quem recebe uma pensão mínima de velhice e invalidez, vê o seu poder de compra descer para 252€.

Pode acompanhar o impacto da inflação mensal no seu salário no [Simulador da Pordata](#).

<b>Impacto da inflação em setembro de 2022</b>	<b>no salário mínimo nacional (2022)</b>	<b>nas pensões mínimas de velhice e invalidez (2022)</b>
<b>Valor atual, a preços correntes (€)</b>	705	278,05
<b>Valor que se perde em poder de compra face a setembro 2021 (€)</b>	65,6	25,9
<b>Valor após inflação (€)</b>	639,4	252

Fontes: INE, DGSS/MTSSS | DGERT/MTSSS, Pordata. Links:

[PORDATA - Taxa de Inflação \(Taxa de Variação do Índice de Preços no Consumidor\): total e por consumo individual por objetivo](#)

[PORDATA - Salário mínimo nacional](#)

[PORDATA - Valor mínimo mensal das pensões do regime geral da Seg. Social: pensões de velhice, invalidez e sobrevivência](#)

[Portal do INE – Destaque IPC de setembro 2022](#)

## VI. Definição dos conceitos utilizados

**Agregado Doméstico Privado:** Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas em conjunto, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. (metainformação – INE)

**Desigualdade na Distribuição do Rendimento (S80/S20):** O indicador de desigualdade na distribuição do rendimento S80/S20 compara o rendimento dos 20% mais ricos com o rendimento dos 20% mais pobres de uma população. Quanto maior é este indicador, maior é a desigualdade na distribuição do rendimento entre a população. Por exemplo, se o rácio é 6 então o rendimento dos 20% mais ricos é seis vezes superior ao dos 20% mais pobres.

**Índice de Preços no Consumidor (IPC):** O índice de preços no consumidor é um indicador que permite medir a inflação do país, acompanhando a variação dos preços de um “cabaz” de bens e de serviços representativo das despesas das famílias portuguesas. Os preços recolhidos por todo o país incluem uma grande variedade de produtos de grande consumo como alimentação, bebidas e tabaco; vestuário e calçado; habitação, água, gás e outros combustíveis; acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação; saúde; transportes, comunicações; lazer, recreação e cultura; restauração e hotelaria.

**Inflação:** A inflação é o aumento continuado dos preços da generalidade dos bens e serviços. A descida dos preços da generalidade dos bens e serviços também se costuma designar por inflação negativa ou deflação.

**Limiar de risco de pobreza:** É o valor abaixo do qual se considera que alguém tem baixos rendimentos face à restante população. A linha de pobreza é relativa, isto é, varia consoante o nível e a distribuição dos rendimentos entre a população de cada país. Por isso, uma pessoa que é considerada pobre num país pode não o ser noutra. Valor que corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente após transferências sociais. (conceito simplificado da Pordata a partir da metainformação – Eurostat)

**Pensão de Invalidez (Segurança Social):** É um apoio em dinheiro, pago mensalmente, para proteger os beneficiários em situações de incapacidade permanente para o trabalho. Para verificar se existe incapacidade permanente avalia-se: o funcionamento físico, sensorial e mental; o estado geral; a idade; as aptidões profissionais; a capacidade de trabalho que ainda possui. Dependendo do grau de incapacidade do beneficiário, a invalidez pode ser relativa ou absoluta. (metainformação – II/MSESS)

**Pensão de Velhice (Segurança Social):** Pagamentos periódicos destinados a manter o rendimento do beneficiário após a reforma do emprego remunerado na idade legal/normal ou a apoiar o rendimento das pessoas idosas (excluindo o apoio de duração limitada). (metainformação – Eurostat)

**Pensionista:** No caso da Segurança Social, é o titular de uma prestação pecuniária nas eventualidades de invalidez, velhice, doença profissional ou morte. (metadada – INE). No caso da Caixa Geral de Aposentações, é o utente que adquiriu o direito a uma pensão, seja na qualidade de herdeiro hábil do contribuinte falecido, seja na qualidade de titular de pensão de preço de sangue ou outra de natureza especial. (metainformação – INE)

**População em Risco de Pobreza ou de Exclusão Social:** A população em risco de pobreza ou de exclusão social inclui as pessoas cujo rendimento não atinge o limiar de risco de pobreza, ou que enfrentam privação material severa ou que têm intensidade laboral muito reduzida.

**População Empregada:** Indivíduos com 15 anos ou mais que durante a semana de referência, efetuaram trabalho de pelo menos uma hora por semana, em troca de um pagamento, benefício ou ganho familiar ou que não estavam ao serviço, mas tinham um emprego ou empresa do qual estavam temporariamente ausentes por motivos de, por exemplo, doença, férias, disputa industrial ou por motivos de educação ou formação. (metainformação – Eurostat)

**Rendimento Equivalente:** Medida de rendimento que tem em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados. É obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”. “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. O rendimento equivalente é atribuído a cada membro do agregado.

**Rendimento Monetário Líquido:** Rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social. (metainformação – INE)

**Rendimento Social de Inserção (RSI):** Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo que confira às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária. (metainformação – INE)

**Salário Mínimo Nacional:** Fixado a uma taxa à hora, à semana ou ao mês, o salário mínimo é imposto por lei, frequentemente após consulta com os parceiros sociais ou diretamente por acordo intersectorial. Os salários mínimos são montantes brutos, isto é, antes da dedução do

imposto sobre o rendimento e das contribuições para a segurança social. Tais deduções variam entre os países. (metainformação – Eurostat)

**Taxa de risco de pobreza:** % de pessoas que tem rendimentos considerados baixos face à restante população, ou seja, que ficam abaixo do valor fixado para o limiar de risco de pobreza. A linha de pobreza é relativa, isto é, varia consoante o nível e a distribuição dos rendimentos entre a população de cada país. Por isso, uma pessoa que é considerada pobre num país pode não o ser noutra. (conceito simplificado da Pordata a partir da metainformação – Eurostat)

**Transferências sociais:** Inclui pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais (apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social).